

TCU apresenta o Relatório de Políticas e Programas 2017 ao Congresso Nacional

O Tribunal de Contas da União (TCU) participou da audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), com objetivo de apresentar o Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017 (RePP 2017). A reunião foi realizada em 28/9/2017.

O secretário-geral de Controle Externo do TCU, Cláudio Castello Branco, apresentou a estrutura e os resultados do relatório e destacou a importância do Congresso Nacional nas decisões de alocação de recursos orçamentários ao discorrer sobre os encaminhamentos determinados pelo acórdão. O documento, elaborado em cumprimento à determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, oferece subsídios para o processo legislativo de alocação orçamentária e seus desdobramentos.

O TCU pretende construir a longo prazo plano de ação para que o País encontre sinergia entre os programas de governo. Para isso, estão previstas a entrega anual do RePP, monitoramento sistêmico dos acórdãos citados no relatório (ações de controle integradas) e parcerias com o Congresso Nacional, Centro de Governo e órgãos setoriais para integração de iniciativas.

Após deliberarem sobre as deficiências dos planos, o TCU recomendou a elaboração de um plano de ação que contemple medidas que aprimorem o orçamento. Além disso, o TCU vai continuar participando das audiências públicas para ajudar o Congresso Nacional em suas decisões e, futuramente, aprimorar as governanças públicas.

A audiência foi conduzida pelo senador Dário Berger, presidente da CMO. Participaram também da mesa o deputado Cacá Leão, relator do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2018), o coordenador-geral de controle externo de Resultados de Políticas e programas públicos do TCU, Marcelo Barros Gomes, e o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Rodrigues Albernaz. Representantes das unidades técnicas responsáveis pelas fiscalizações consolidadas no relatório também acompanharam a audiência pública.

Durante os debates, o secretário-geral respondeu aos questionamentos dos membros da comissão sobre o relatório e também sobre outros temas, como judicialização na saúde, previdência, segurança pública, creches inacabadas, e dívida pública. Para todos esses assuntos, o TCU citou trabalhos finalizados recentemente ou em andamento, o que significa que o Tribunal está em sintonia com as necessidades do Congresso Nacional, representante da sociedade Brasileira.

